



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 142/XIII/ 3.ª SL

Aos 09 dias do mês de janeiro de 2018, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Europeus, na sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Informações.

2. Grupo de Trabalho - Escrutínio das Iniciativas Europeias: propostas de deliberações.

3. Apreciação e votação de Pareceres da CAE no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:

a) Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (UE) n.º 1093/2010 que cria uma Autoridade Europeia de Supervisão (Autoridade Bancária Europeia); o Regulamento (UE) n.º 1094/2010 que cria uma Autoridade Europeia de Supervisão (Autoridade Europeia dos Seguros e Pensões Complementares de Reforma); o Regulamento (UE) n.º 1095/2010 que cria uma Autoridade Europeia de Supervisão (Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados), o Regulamento (UE) n.º 345/2013 relativo aos fundos europeus de capital de risco; o Regulamento (UE) n.º 346/2013 relativo aos fundos europeus de empreendedorismo social; o Regulamento (UE) n.º 600/2014 relativo aos mercados de instrumentos financeiros; o Regulamento (UE) 2015/760 relativo aos fundos europeus de investimento a longo prazo; o Regulamento (UE) 2016/1011 relativo aos índices utilizados como índices de referência no quadro de instrumentos e contratos financeiros ou para aferir o desempenho de fundos de investimento; e o Regulamento (UE) 2017/1129 relativo ao prospeto a publicar em caso de oferta de valores mobiliários ao público ou da sua admissão à negociação num mercado regulamentado - COM(2017)536.

Deputada Autora de Parecer: Maria Luis Albuquerque (PSD)

Iniciativa sinalizada pela CAE - Protocolo 2 - prazo para envio 10/01/2018



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 142/XIII/ 3.ª SL

b) Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera a Diretiva 2009/73/CE que estabelece regras comuns para o mercado interno de gás natural - COM(2017)660.

Deputada Autora de Parecer: Margarida Marques (PS)

Iniciativa sinalizada pela CAE - Protocolo 2 - prazo para envio 11/01/2018

4. Nomeação de Deputados Autores de Parecer, no âmbito de iniciativas legislativas:

a) COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO Um sistema fiscal equitativo e eficaz na União Europeia para o Mercado Único Digital - COM(2017)547.

Deputado Autor de Parecer: Cabe ao CDS-PP

Iniciativa sinalizada pela CAE - sem prazo

5. Nomeação de autor de parecer - Conta Geral do Estado

Deputado Autor de Parecer: Cabe ao CDS-PP

6. Designação de Deputados a integrar as delegações às conferências interparlamentares PESC-PCSD e Semana Parlamentar Europeia.

7. Fixação da redação do PJR relativo à Proposta de decisão do conselho adotado as provisões que alteram o ato relativo à eleição dos membros do Parlamento Europeu por sufrágio universal.

8. Fixação da redação final da fusão dos PJR n.º 1119 - Recomenda ao Governo que no quadro da UE integre a cooperação estruturada permanente no domínio da segurança e defesa, n.º 1121- Cooperação estruturada Permanente em matéria de segurança e defesa e n.º 1133 - Recomenda ao Governo a defesa do interesse nacional no quadro da participação do Estado português na Cooperação Estruturada Permanente.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 142/XIII/ 3.ª SL

9. Discussão e votação do requerimento apresentado pelo CDS-PP: UE-Japão.
 10. Discussão e votação do requerimento apresentado pelo PSD: PESCO.
 11. Outros assuntos.
-

1. Informações.

A Senhora Presidente da Comissão, Deputada Regina Bastos, informou os Senhores Deputados do seguinte:

a) A Comissão Europeia não aceitou a proposta da COSAC relativamente à inclusão de mais Parlamntos nacionais na Task Force sobre Subsidiariedade, Proporcionalidade e "fazer menos com mais eficiência", nem o alargamento do seu prazo de funcionamento conforme proposto. A resposta foi enviada pelo Vice-Presidente da Comissão, Frans Timmermans.

b) O Presidente do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-Polónia, Deputado Bruno Vitorino, solicitou uma reunião da nossa Comissão e da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas com uma delegação polaca. A reunião encontrava-se agendada para o dia 31 de janeiro, às 10h30, tendo sido solicitado que pudesse ser indicada a disponibilidade dos Senhores Deputados para estarem presentes nesta reunião.

2. Grupo de Trabalho - Escrutínio das Iniciativas Europeias: propostas de deliberações.

A Senhora Coordenadora do Grupo de Trabalho, Deputada Margarida Marques, apresentou as seguintes sinalizações:



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 142/XIII/ 3.ª SL

COM(2017)797	Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa a condições de trabalho transparentes e previsíveis na União Europeia	10ª - CTSS
COM(2017)791	Proposal for a DIRECTIVE OF THE EUROPEAN PARLIAMENT AND OF THE COUNCIL on the prudential supervision of investment firms and amending Directives 2013/36/EU and 2014/65/EU	5ª - COFMA
COM(2017)800	COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO Projetos de Planos Orçamentais para 2018: Avaliação global	Pacote Semestre Europeu 5ª - COFMA
COM(2017)792	Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera a Diretiva (UE) 2013/697 no que respeita à data de entrada em aplicação das medidas de transposição dos Estados-Membros	1ª - CACDLG
COM(2017)855	Proposal for a COUNCIL DECISION on the determination of a clear risk of a serious breach by the Republic of Poland of the rule of law	Para informação 1ª - CACDLG 2ª - CNECP
COM(2017)646	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO Dos anos depois de Paris - Progressos na realização dos compromissos climáticos assumidos pela UE (congado por força do artigo 21.º do Regulamento (UE) n.º 525/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de maio de 2013, relativo à criação de um mecanismo de monitorização e de comunicação de informações sobre emissões de gases com efeito de estufa e de comunicação a nível nacional e da União de outras informações relevantes no que se refere às alterações climáticas, e que revoga a Decisão n.º 280/2004/CE) (required under Article 21 of Regulation (EU) No 525/2013 of the European Parliament and of the Council of 21 May 2013 on a mechanism for monitoring and reporting greenhouse gas emissions and for reporting other information at national and Union level relevant to climate change and repealing Decision No 280/2004/EC)	Para informação 1ª - CADTDLH
COM(2017)776	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO Relatório Anual de 2016 do Fundo de Solidariedade da União Europeia	Para informação 10ª - CTSS
COM(2017)830	COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO EUROPEU E AO CONSELHO Contribuição da Comissão para o debate temático dos dirigentes da UE sobre o futuro da dimensão externa e interna da política migratória	Para informação 1ª - CACDLG 2ª - CNECP
COM(2017)788	Recommendation for a COUNCIL DECISION authorizing the opening of negotiations for an agreement between the European Union and the Hashemite Kingdom of Jordan on the exchange of personal data between the European Union Agency for Law Enforcement Cooperation (Europol) and the Jordanian competent authorities for fighting serious crime and terrorism	Para informação 1ª - CACDLG
COM(2017)793	Recommendation for a COUNCIL DECISION authorizing the opening of negotiations for an agreement between the European Union and the Republic of Turkey on the exchange of personal data between the European Union Agency for Law Enforcement Cooperation (Europol) and the Turkish competent authorities for fighting serious crime and terrorism	Para informação 1ª - CACDLG
COM(2017)805	Recommendation for a COUNCIL DECISION authorizing the opening of negotiations for an agreement between the European Union and the Lebanese Republic on the exchange of personal data between the European Union Agency for Law Enforcement Cooperation (Europol) and the Lebanese competent authorities for fighting serious crime and terrorism	Para informação 1ª - CACDLG
COM(2017)806	Recommendation for a COUNCIL DECISION authorizing the opening of negotiations for an agreement between the European Union and the State of Israel on the exchange of personal data between the European Union Agency for Law Enforcement Cooperation (Europol) and the Israeli competent authorities for fighting serious crime and terrorism	Para informação 1ª - CACDLG
COM(2017)807	Recommendation for a COUNCIL DECISION authorizing the opening of negotiations for an agreement between the European Union and Tunisia on the exchange of personal data between the European Union Agency for Law Enforcement Cooperation (Europol) and the Tunisian competent authorities for fighting serious crime and terrorism	Para informação 1ª - CACDLG
COM(2017)808	Recommendation for a COUNCIL DECISION authorizing the opening of negotiations for an agreement between the European Union and the Kingdom of Morocco on the exchange of personal data between the European Union Agency for Law Enforcement Cooperation (Europol) and the Moroccan competent authorities for fighting serious crime and terrorism	Para informação 1ª - CACDLG
COM(2017)809	Recommendation for a COUNCIL DECISION authorizing the opening of negotiations for an agreement between the European Union and the Arab Republic of Egypt on the exchange of personal data between the European Union Agency for Law Enforcement Cooperation (Europol) and the Egyptian competent authorities for fighting serious crime and terrorism	Para informação 1ª - CACDLG
COM(2017)811	Recommendation for a COUNCIL DECISION authorizing the opening of negotiations for an agreement between the European Union and the People's Democratic Republic of Algeria on the exchange of personal data between the European Union Agency for Law Enforcement Cooperation (Europol) and the Algerian competent authorities for fighting serious crime and terrorism	Para informação 1ª - CACDLG

Uma vez submetidas a votação foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do GP do PCP.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 142/XIII/ 3.ª SL

3. Apreciação e votação de Pareceres da CAE no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:

a) Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (UE) n.º 1093/2010 que cria uma Autoridade Europeia de Supervisão (Autoridade Bancária Europeia); o Regulamento (UE) n.º 1094/2010 que cria uma Autoridade Europeia de Supervisão (Autoridade Europeia dos Seguros e Pensões Complementares de Reforma); o Regulamento (UE) n.º 1095/2010 que cria uma Autoridade Europeia de Supervisão (Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados), o Regulamento (UE) n.º 345/2013 relativo aos fundos europeus de capital de risco; o Regulamento (UE) n.º 346/2013 relativo aos fundos europeus de empreendedorismo social; o Regulamento (UE) n.º 600/2014 relativo aos mercados de instrumentos financeiros; o Regulamento (UE) 2015/760 relativo aos fundos europeus de investimento a longo prazo; o Regulamento (UE) 2016/1011 relativo aos índices utilizados como índices de referência no quadro de instrumentos e contratos financeiros ou para aferir o desempenho de fundos de investimento; e o Regulamento (UE) 2017/1129 relativo ao prospeto a publicar em caso de oferta de valores mobiliários ao público ou da sua admissão à negociação num mercado regulamentado - COM(2017)536.

Deputada Autora de Parecer: Maria Luís Albuquerque (PSD)

Iniciativa sinalizada pela CAE - Protocolo 2 - prazo para envio 10/01/2018

A Senhora Deputada relatora apresentou o seu parecer.

A Senhora Presidente sugeriu, tendo em conta o teor do parecer, que este fosse remetido à CMVM, ponderando a audição da sua Presidente.

Interveio também a Senhora Deputada Margarida Marques, agradecendo a produção do relatório num domínio alargado e com muita progressão, destacando a tolerância da relatora relativamente à crise de 2010, o progresso relativamente ao passado e a racionalização dos mecanismos existentes,



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 142/XIII/ 3.ª SL

criação de outros diversos e apropriação por alguns Estados-membros. Mencionou ainda que o este parecer não oferecia reservas da sua parte, debruçando-se sobre o papel da COFMA e o debate feito com instrumentos nacionais, sem produção de relatório, sendo necessário sensibilizar para esta questão.

O Senhor Deputado Paulo Trigo Pereira (PS) saudou a Deputada relatora, mostrando-se surpresa pela não emissão de parecer por parte da COFMA.

O Senhor Deputado Duarte Marques (PSD) frisou que na CAE todos os assuntos eram tratados com seriedade, enfatizando o trabalho dos serviços da Comissão, da Dr.ª Conceição Castro e da Senhora Deputada Maria Luís Albuquerque, que colmataram a não existência de parecer por parte da COFMA, destacando o perigo de assuntos desta importância passarem despercebidos, devendo a 5.ª comissão tentar acompanhar pelo menos estas matérias, sendo necessário pressionar para a aplicação da metodologia de escrutínio.

A Senhora Presidente da Comissão concordou com a necessidade de sensibilizar a COFMA para o acompanhamento destas iniciativas.

A Senhora Deputada relatora referiu que a CMVM estava ciente das alterações e que uma audição em momento posterior não teria efeito útil, tendo a Senhora Presidente referido que a recolha de informação agora permite remeter posição aos Deputados ao Parlamento Europeu para o restante processo em curso.

A Senhora Deputada Margarida Marques (PS) aludiu ao facto de a CAE se pronunciar sobre o princípio da subsidiariedade e não sobre o conteúdo e de a audição ser fora do tempo e dever realizar-se, se fosse caso, na COFMA.

O Senhor Deputado Duarte Marques (PSD) referiu que a audição poderia ser uma vantagem para despertar a COFMA e que a pronúncia sobre a subsidiariedade não invalida que o conteúdo não possa ser alterado.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 142/XIII/ 3.ª SL

A Senhora Deputada Isabel Pires (BE) frisou que as matérias relevantes não são escrutinadas pela comissão competente e que a audição pode ser extemporânea, sendo necessário envidar esforços com a COFMA.

Uma vez submetido a votação, o parecer foi aprovado por maioria, com a abstenção do GP do BE e ausência do GP do PCP.

b) Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera a Diretiva 2009/73/CE que estabelece regras comuns para o mercado interno de gás natural - COM(2017)660.

Deputada Autora de Parecer: Margarida Marques (PS)

Iniciativa sinalizada pela CAE - Protocolo 2 - prazo para envio 11/01/2018

A Senhora Deputada relatora apresentou o seu parecer.

Uma vez submetido a votação, o parecer foi aprovado por maioria, com a abstenção do GP do BE e ausência do GP do PCP

4. Nomeação de Deputados Autores de Parecer, no âmbito de iniciativas legislativas:

a) COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO Um sistema fiscal equitativo e eficaz na União Europeia para o Mercado Único Digital - COM(2017)547.

Deputado Autor de Parecer: Cabe ao CDS-PP

Iniciativa sinalizada pela CAE - sem prazo

O GP do CDS-PP indicou o Senhor Deputado Pedro Mota Soares como autor deste parecer.

5. Nomeação de autor de parecer - Conta Geral do Estado

Deputado Autor de Parecer: Cabe ao CDS-PP



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 142/XIII/ 3.ª SL

O GP do CDS-PP indicou o Senhor Deputado Filipe Anacoreta Correia como autor deste parecer.

6. Designação de Deputados a integrar as delegações às conferências interparlamentares PESC-PCSD e Semana Parlamentar Europeia.

Informou a Senhora Presidente que a Conferência Interparlamentar sobre Política Externa e de Segurança Comum e Política Comum de Segurança e Defesa (PESC-PCSD) teria lugar em Sófia, Bulgária, nos dias 16 e 17 de fevereiro de 2018.

A delegação seria composta por membros das Comissões de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, Defesa Nacional e Assuntos Europeus, cabendo a chefia da delegação à Comissão de Defesa Nacional.

A Comissão de Assuntos Europeus deveria designar dois Deputados para integrar a delegação, cabendo 1 Deputado ao GP do BE e 1 Deputado ao GP do CDS-PP.

Relativamente à Semana Parlamentar Europeia, deu nota de que a mesma teria lugar nos dias 19 e 20 de fevereiro de 2018, no Parlamento Europeu em Bruxelas e englobaria:

- Conferência sobre o Semestre Europeu 2017
- Conferência sobre Estabilidade, Coordenação e Governação Económica na União Europeia

A delegação seria constituída por Deputados das Comissões de Assuntos Europeus, Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa e Trabalho e Segurança Social, cabendo a esta última a chefia da delegação.

Cada Comissão deveria designar dois Deputados, cabendo à Comissão de Assuntos Europeus 1 Deputado do GP do PSD e 1 Deputado do GP do PS.

Mantendo a rotatividade do sétimo Deputado, este deveria ser indicado pelo CDS-PP.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 142/XIII/ 3.ª SL

7. Fixação da redação do PJR relativo à Proposta de decisão do conselho adotado as provisões que alteram o ato relativo à eleição dos membros do Parlamento Europeu por sufrágio universal.

Uma vez submetida a votação indiciária, a redação proposta foi aprovada com os votos contra do GP do BE e registando-se a ausência do GP do PCP.

8. Fixação da redação final da fusão dos PJR n.º 1119 - Recomenda ao Governo que no quadro da UE integre a cooperação estruturada permanente no domínio da segurança e defesa, n.º 1121- Cooperação estruturada Permanente em matéria de segurança e defesa e n.º 1133 - Recomenda ao Governo a defesa do interesse nacional no quadro da participação do Estado português na Cooperação Estruturada Permanente.

Sugeriu o Senhor Deputado Duarte Marques (PSD) que o ponto 3 fosse alterado contendo a expressão «que informe» e o ponto 5 iniciando-se com «Informe», tendo o Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP) mostrado o seu acordo.

A Senhora Deputada Margarida Marques (PS) referiu que o texto devia respeitar as recomendações aprovadas, usando a sua terminologia.

A Senhora Presidente informou que o texto iria ser alterado em conformidade com as sugestões apresentadas e seria votada a sua redação na próxima reunião.

9. Discussão e votação do requerimento apresentado pelo CDS-PP: UE-Japão.

O Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP) apresentou o requerimento em causa.

A Senhora Deputada Margarida Marques (PS) felicitou pelo requerimento, mostrando o apoio do GP do PS e referindo-se à criação de um princípio para



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 142/XIII/ 3.ª SL

realização de audições em negociações comerciais, enquanto a Senhora Deputada Isabel Pires (BE) mencionou a necessidade de acompanhamento antes do fecho dos processos negociais, sugerindo que o método fosse uma audição conjunta.

Uma vez submetido a votação, o requerimento em causa foi aprovado, registando-se a ausência do GP do PCP.

10. Discussão e votação do requerimento apresentado pelo PSD: PESCO.

O Senhor Deputado Duarte Marques (PSD) apresentou o requerimento, referindo que o mesmo continua atempado, uma vez que o Plano Nacional de Implementação ainda não tinha sido recebido.

A Senhora Deputada Margarida Marques (PS) mencionou a aprovação de resoluções nesta matéria e esse deveria ser o princípio a seguir, pelo que a votação do requerimento parecia redundante.

O Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP) recordou os pedidos já feitos ao Governo para receber o documento em causa, apoiando o requerimento.

A Senhora Deputada Isabel Pires (BE) indicou que votaria a favor, reforçando que não tendo os documentos sido enviados o requerimento não perde atualidade.

O Senhor Deputado Duarte Marques (PSD) referiu que era importante insistir numa matéria que até ao momento o Governo não tinha cumprido.

Uma vez submetido a votação, o requerimento em causa foi aprovado, com o voto contra do GP do PS e registando-se a ausência do GP do PCP.

11. Outros assuntos.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 142/XIII/ 3.ª SL

Informou a Senhora Presidente que a audição regimental do Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros prevista para o dia 16 de janeiro teria que ser adiada uma vez que coincidia com a visita da comissão à Albânia.

Foram apresentadas datas para a alteração desta audição, com base no calendário de trabalhos parlamentares, tendo sido manifestado acordo para propor o dia 19 de janeiro às 14h30.

A reunião foi encerrada às 12:12 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 8 maio 2018.

A PRESIDENTE

(REGINA BASTOS)



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 142/XIII/ 3.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Costa Silva
Constança Urbano de Sousa
Duarte Marques
Filipe Anacoreta Correia
Isabel Pires
Margarida Marques
Maria Luís Albuquerque
Pedro Mota Soares
Regina Bastos
Rubina Berardo
Paula Santos
Paulo Trigo Pereira

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ana Oliveira
António Gameiro
António Sales
Carla Tavares
Inês Domingos
Maria Adelaide Ribeiro
Miguel Morgado
Moisés Ferreira

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Costa Neves
Vitalino Canas